

A OBRA DE FRIEDRICH RATZEL: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA LÓGICA TERRITORIALISTA DOS ESTADOS MODERNOS

FRIEDRICH RATZEL: A CRITICAL ANALYSIS ABOUT THE TERRITORIALIST LOGIC OF THE MODERN STATES

SAMIR EID PESSANHAⁱ & PAULO FERNANDO CIRINO MOURÃOⁱⁱ

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

ⁱsamirreid@hotmail.com, ⁱⁱpaulomourinhos@unesp.br

RESUMO. A geografia política é tradicionalmente ramo da Geografia que estuda as relações entre o espaço e o poder do Estado Nação, enfatizando a localização, situação, extensão territorial, fronteiras, etc.. A partir do século XX, vários centros de estudos geopolíticos e geoestratégicos foram formados com o objetivo de desenvolver estratégias para a manutenção e a expansão territorial de diversos países. Sendo assim, segundo COSTA (2008, p.15) “a geografia política possui desde o seu início uma relação forte com as políticas dos Estados, em suas diferentes vertentes como a civil, militar, pacífica e beligerante”. Essas características farão com que a geografia política entre em ostracismo, fato este resultante das conseqüentes guerras do século XX. Um dos primeiros cientistas a desenvolver pesquisas no campo da geografia política foi Friedrich Ratzel (1844 – 1904), que segundo CASTRO (2005, p.68), foi responsável por desenvolver uma geografia política que discute o Estado, tendo como elemento primordial o componente espacial, geográfico, pois “[...] (a ciência política) sempre se absteve de qualquer consideração espacial [...] É nesta lacuna que a geografia política justifica sua existência [...]”. Ratzel é um dos representantes do que é conhecido como *geopolitik*, fundamental na formação do Estado-Nação alemão. Ratzel foi um pensador do seu tempo e pode ser caracterizado como defensor de uma geografia política fundamentada na expansão e conquista territorial. A lógica territorialista é aquela, segundo MAIA (2007, p. 83) que se vale da “[...] distribuição de territórios como mecanismo principal de manutenção de uma ordem social hierarquicamente constituída”, sendo que esta se difere da lógica econômica capitalista, que para alguns autores é a que vigora nos tempos atuais. Este artigo irá realizar uma revisão de parte da obra de Friedrich Ratzel, através de revisão bibliográfica e sistematização de dados, com o intuito de apreender se o que foi desenvolvido pelo geógrafo ainda condiz com as diferentes manobras dos Estados modernos e, somado a isto, discutir se o a lógica territorialista tão presente na obra ratzeliana e um dos campos de estudo da geografia política clássica ainda faz parte da lógica estratégica dos Estados, argumentando se a geopolítica clássica realmente está em desuso, ou se os fenômenos e acontecimentos políticos que envolvem os Estados são de alguma forma representações de antigas políticas e postulados aplicados em novas situações.

PALAVRAS-CHAVE. RATZEL, TERRITORIALISMO, GEOGRAFIA POLÍTICA.

ABSTRACT. The political geography is traditionally branch of geography that studies the relationships between space and the power of the nation state, emphasizing the location, status, territorial extension, borders, etc. .. From the twentieth century, several centers of geopolitical and geostrategic studies were formed with the goal of developing strategies for maintaining and territorial expansion of various countries. Thus, according to Costa (2008, p. 15) “the political geography has since its inception a strong relationship with the policies of States, in its various aspects such as civil, military, peaceful and belligerent.” These features will make the political geography of ostracism, a fact resulting from the consequent wars of the twentieth century. One of the first scientists that researched in political geography was Friedrich Ratzel (1844 – 1904), that according to CASTRO (2005), was responsible of the development a political geography that discussed the State with the spacial component as primordial element, because “[...] (Political Science) always refrained from any spatial consideration [...] It is in this gap that the political geography justifies its existence [...]”. Ratzel is a representative of what is known as *geopolitik*, that made of Germany known as a state, according to Kaplan (2013, p. 83) that “literally lived the geography throughout its history,” being one of the representatives of territorial, strategic logic. Territoriality logic is, according MAIA (2007, p. 83) which uses the “[...] distribution of territories as hierarchically constituted the main mechanism for maintaining social order,” and that it is different strategic logic of capitalist which for some authors is that prevailing nowadays. This article will conduct a review of the work of Friedrich Ratzel, through literature review and systematization of data in order to

grasp what it was developed by the geographer also consistent with the different maneuvers of modern states and, added to this, discuss whether territorialist logic so present in ratzeliana work and one of the fields of study of classical political geography is still part of the strategic logic of states, arguing if the classical geopolitics is really into disuse, or if the phenomena and political events involving the modern States are some representations of old policies and assumptions applied in new situations.

KEYWORDS. RATZEL, TERRITORIALISM, POLITICAL GEOGRAPHY.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

O ponto inicial para o desenvolvimento da Geografia Política moderna foi dado com o advento da obra “*Politische Geographie*” (1897) do geógrafo Friedrich Ratzel, este que posteriormente passou a ser considerado como pai da Geografia moderna e integrante do dito grupo de autores “clássicos” da ciência geográfica. Entretanto, como todo cientista responsável por grandes contribuições científicas, a geografia ratzeliana também sofreu duras críticas, que o incluíram no hall dos cientistas que tiveram interpretações errôneas ou precipitadas de suas idéias. Sua obra foi estigmatizada como determinista, sendo uma geografia a favor do Estado e do colonialismo e, posteriormente, usada para justificar regimes políticos extremistas, como o Estado nazista.

São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem – natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. (CARVALHO *apud* ARCASSA, 2011, p. 31)

Mesmo sendo considerado por alguns autores como o responsável pela formulação de “[...] uma geografia do homem [...] sendo o precursor da própria geografia humana” (MORAES, 1990, p. 7), a geografia ratzeliana desenvolveu-se ao longo de debates e críticas de outros autores, como do possibilista Vidal de La Blache. Para fugir de interpretações errôneas, que permanecem fundamentadas somente da crítica pela crítica, nos pautamos em Hegel *apud* Marcondes (2010: p.218) “[...] o que quer que aconteça cada individuo é sempre filho de sua época; portanto a filosofia é a sua época tal como apreendida pelo pensamento”. Ou seja, o homem nada mais é do que o fruto da época em que está inserido. O tempo e o espaço serão os fatores que irão moldar seus posicionamentos políticos e culturais, o tornando único. Sendo assim, a interpretação acerca da obra ratzeliana só será verdadeira e frutífera a partir do momento em que os processos históricos que estavam a agir no espaço geográfico e que vieram a influenciar o homem sejam analisados como componentes principais a ditar o legado deixado pelo homem de referida época.

O fomento da Geografia Política foi responsável, segundo Castro (2005, p.68) por dar as discussões sobre Estado um componente espacial, geográfico, pois “[...] esta (a ciência política) sempre se absteve de qualquer consideração espacial, de qualquer comparação entre Estados ou parte deles. É nesta lacuna que a geografia política justifica sua existência [...]”. Ainda segundo esta autora Ratzel foi responsável por desenvolver uma Geografia Política que possuísse como elemento primordial o componente espacial sendo influenciado e transformado a partir e pela política. Esta geografia encontrou nas políticas estatais um lugar resguardado, por conta da sua

análise e característica de cunho territorialista, o que fez com que o Estado viesse a utilizar-se desta Geografia Política ratzeliana a fundo.

O questionamento que direciona este artigo adveio da observação acerca do comportamento da terceira hegemonia mundial apontada por Arrighi (2006), a norte-americana. Figura máxima do capitalismo mundial moderno, a nação norte-americana constitui-se como o principal ator territorial das relações internacionais. Entretanto, ao observar o seu comportamento no jogo internacional, a lógica dos Estados Unidos apresenta vestígios que não condizem com a de uma nação totalmente imersa na lógica capitalista dos mercados mundiais, mas sim com a lógica estudada por Ratzel. Portanto, este artigo discutirá as estratégias de desenvolvimento estatal apontadas por Arrighi (1994) juntamente com um resgate dos principais pontos da obra do geógrafo alemão condizentes com a temática estatal, na tentativa de apreender se as palavras e análises de Ratzel ecoam no contexto atual e se a Geografia Política, tanto a clássica quanto a crítica, podem fornecer uma análise que torne o espaço geográfico e o território como elementos principais e que possibilitarão ao estudioso uma apreensão das transformações territoriais mais próximas da realidade.

QUESTÃO CENTRAL

O Estado nação, com suas fronteiras, divisões e população, nunca esteve fora das discussões políticas. Entretanto, muito se tem pregado sobre o seu fim. A internacionalização dos mercados e o capitalismo global vieram segundo alguns autores, a enfraquecer o poder do principal ator territorial. Este agente não teria mais maneiras de controlar sua população e fronteiras, sendo que as grandes empresas e outros atores territoriais vieram a desmembrar as fronteiras, as tornando mais fluidas, descaracterizando alguns pontos que originalmente concedem ao Estado as características que conhecemos.

Segundo Arrighi (2006) a história dos Estados mostra uma sucessão de hegemonias no centro do sistema capitalista. O sistema moderno que emerge com a decadência do feudalismo, torna a esfera pública e privada distinta, o poder passa a ser centralizado nas mãos do Estado e seus dirigentes, sendo sua área de influência demarcada através das fronteiras nacionais. O poder de um Estado passa a ser calculado a partir de seu poder de acumulação e pelas suas conquistas e posses territoriais. É dado assim início do surgimento dos Estados modernos e também do capitalismo moderno. A partir disto se definem duas estratégias de desenvolvimento estatal: a capitalista e a territorialista.

Tal como definimos aqui, em contraste, capitalismo e territorialismo representam estratégias alternativas de formação do Estado. Na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio. (ARRIGHI, 2006, p.34)

A relação entre essas duas estratégias de desenvolvimento estatal deram origem, segundo o filósofo, as três hegemonias mundiais do capitalismo histórico: a holandesa, britânica e a norte - americana. Cada uma dessas hegemonias utilizou ou combinou as duas estratégias para

potencializar o seu desenvolvimento. Estas hegemonias funcionam a partir do que Fiori (2009) chama de “sistema mundial moderno”, que é o que possibilita as trocas e fluxos comerciais que caracterizam o capitalismo como modo de produção, permitindo sua existência e reprodução.

Entretanto, há quem pregue que a lógica territorialista perdeu espaço para a capitalista a partir do momento em que os Estados deixaram de vincular suas políticas internas ou externas com o rótulo de “colonialismo” ou anexação territorial, e que a globalização tornou as fronteiras fluidas, sendo que em um mundo sem fronteiras, o Estado seria débil frente ao poder do capitalismo global. A geógrafa Castro (2005) e o economista Fiori (2009) indicam que o territorialismo, como projeto e prática do Estado ainda existe, combinado ou não com o capitalismo.

A estratégia territorialista é implicitamente a que está presente na obra de Ratzel, principalmente por conta da época em que foi desenvolvida. Exatamente por conta disto, há pesquisadores que acreditam que a estratégia territorialista não possui espaço no dito “sistema mundial moderno” e pregam que este se encontra extremamente imerso dentro da lógica estatal capitalista, e que os Estados não agem mais de acordo com a lógica estatal territorialista, e exatamente por conta disto que o Estado deixou de ser o principal ator na sociedade humana, e que a prática da lógica territorialista, que é a de obtenção de territórios e o exercício do poder através do território não possui mais sentido. Entretanto, a análise da conjuntura política exige a percepção de que o jogo entre os Estados é mais complicado do que aparenta, e que a política dos Estados exige a combinação e a adequação de tanto estratégias novas quanto antigas. Portanto, este artigo propõe revisar o que foi desenvolvido por Ratzel acerca do territorialismo, e analisar o contexto atual visando enxergar nas práticas dos Estados atuais, vestígios ou não do que entendemos como estratégias territorialistas estatais.

INTERLOCUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A geografia humana ratzeliana, ou a “antropogeografia”, se divide em três principais temas: a) influência das condições naturais sobre a humanidade, b) a distribuição das sociedades sobre o globo e c) a formação dos territórios. Esta tríplice repartição da “antropogeografia” proposta do Ratzel seria então a responsável por elucidar as diversas questões acerca da distribuição das sociedades humanas nos diversos territórios, sempre levando em conta a influência do meio no estabelecimento dos mesmos. Segundo o geógrafo alemão, a história havia conseguido descrever esta relação de influência, entretanto somente as ciências naturais teriam sido bem sucedidas ao criar leis gerais para estas descrições dos estabelecimentos humanos nos diversos territórios. Portanto, caberia à geografia alemã do século XIX, renovada por Karl Ritter desenvolver este tipo de estudos, só que com a geografia sendo a ciência responsável por esta descrição.

Antes de Maquiavel, e posteriormente com o aperfeiçoamento de Ratzel, a política (e posteriormente a geografia política) era vista como enumerar a quantidade de recursos e cidades que existiam em dado território. Com o avanço advindo da obra dos dois autores, política e a sua relação com o espaço passou a ser vista de maneira diferente. A política para ambos os autores pode ser compreendida como o resultado do exercício de poder em um dado espaço delimitado, ou seja, no território. É o que anima e que diferencia os territórios, é o que faz girar a engrenagem das ações políticas, sendo o fator de união entre sociedade e o solo, dando ao primeiro as direções

exatas a serem seguidas para o usufruto e transformação do último de maneira a criar o Estado.

Dissemos que a política era como o espírito de um Estado ou sua individualidade espiritual. [...] Na idéia política, não há não somente o povo, mas também o seu país. É por isso que apenas uma potência política pode progredir sobre um mesmo solo, de maneira a tirar dele todo o seu valor. (RATZEL, In: PFRIMER, 2011, p. 53)

Há dois pontos principais que norteiam toda a obra, que é o conceito de território e a sua aplicação, e o estudo acerca do que seria o Estado e a sua função dentro da organização do território. A geografia ratzeliana se propôs a estudar os fundamentos que governam as relações entre o Estado, sociedade e o solo. Na análise geográfica proposta por Ratzel, a sociedade era dependente do solo que sustentava sua existência, pois “[...] todas as atividades da raça humana, e em particular dos grupos humanos, a nação e o Estado, deveriam ser vistas sobre o fundo de seus verdadeiros ‘fundamentos’ [...] estes que estão na superfície da terra”. (WEIGERT, 1943, p. 106)

[...] a obra de Ratzel pode ser sintetizada pelo trinômio Estado – posição – dinâmica. No mínimo, o primeiro elemento é indiscutível: toda a teoria ratzeliana parte e desemboca no Estado, um Estado síntese e produto da sociedade, como se disse, de caráter hegeliano, que transcende seus aspectos meramente legais. Porém, um Estado que tem como componente fundamental o solo, ou se quisermos, o espaço. Isto não significa unicamente extensão espacial, mas também, e sobretudo, a relação entre o espaço e a sociedade que nele vive. (FONT & RUFI, 2006, p. 58)

A visão de Ratzel acerca do Estado é chamada pelos estudiosos de “organicista”, por conta de ser enxergado como um organismo vivo, que tenderia a comporta-se segundo as leis que viriam a reger os seres vivos na terra, ou seja, “[...] nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar etc.” (COSTA, 2008, p. 35). Portanto, o crescimento do Estado estaria totalmente relacionado com a capacidade de utilizar-se de suas determinadas condições naturais, ou seja, transformar suas potencialidades naturais em algo efetivo através de políticas territoriais condizentes com a sua realidade. O Estado como entidade orgânica na obra ratzeliana é a expressão máxima de ligação identitária entre a sociedade e o solo; nas palavras do próprio autor o Estado seria a *organização política do solo* (grifo nosso).

A lógica territorialista está na obra de Ratzel no que entendemos como o Estado como organismo vivo e seu comportamento. Devido ao momento histórico que Ratzel estava inserido, naturalizar este tipo de lógica através da ciência foi um passo importante, e a geografia como ciência atrelada ao espaço e ao território serviu perfeitamente para este objetivo. A geografia como ciência a serviço da lógica territorialista ajudou no ponto de partida do sistema mundial moderno, pois no século XVIII os Estados nacionais europeus mais emblemáticos já estavam formados ou em vias de, como no caso da Alemanha, e essa concentração de poder territorial gerou a competição entre os Estados, fato este que impulsionou a expansão territorialista, e exigiu das ciências o desenvolvimento das bases fundamentadoras para suas práticas. A lógica capitalista não teria encontrado a expansão que possuiu historicamente sem que a necessidade de exercer a lógica territorialista tivesse sido apresentada sob a roupagem científica, da maneira que a obra de Ratzel fez. Um ponto interessante a ser considerado é a maneira pela qual Ratzel irá estabelecer

sua visão acerca do que seria o povo em sua geografia política. Para o cientista alemão, o povo não seria um conjunto humano que se assemelharia devido a sua língua ou algum traço cultural dentro do que ele entende como organização política do solo. Para o alemão, povo seria “[...] um conjunto político de grupos e indivíduos não necessariamente vinculados pela raça (*der Stamm*), nem pela língua, mas no espaço, por um solo comum” (RATZEL, In: PFRIMER, 2001, p. 52). Portanto, sob a égide de uma bandeira unificadora territorial, as diferenças entre povos se distinguiram.

Portanto, a história de um Estado só passa a existir a partir do momento que a sua fixidez e suas possibilidades de crescimento são asseguradas. Por isso que Ratzel vem a afirmar que o solo é sempre mais velho que o Estado. O solo é a pré-condição de existência, que se for potencializado poderá vir a dar a existir um Estado. Para a compreensão do futuro do Estado e da exigência principal, que é a necessidade de crescimento, Ratzel cria um dos conceitos condizentes ao estudo deste comportamento, que veio a posteriormente ser o ponto que tornou sua geografia mais reconhecida, e que veio a ser aplicado nas políticas territoriais do século XXI, principalmente na II Guerra Mundial. Este conceito é o de “Espaço Vital” (*Lebensraum*).

O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade. (RATZEL In: MORAES, 1990, p. 23)

O conceito de “espaço vital” é o principal resultado da teoria científica ratzeliana acerca de existência e comportamento do Estado. Sua principal função foi a de justificar a necessidade de crescimento do Estado, pois como todo organismo vivo, o Estado necessita de um espaço e de recursos para crescer e fortalecer sua existência. O espaço, juntamente com o Estado, são elementos fundamentais para compreender a relação dos povos com o meio. Juntos são dois elementos vistos como dinâmicos, pois o espaço se transforma a partir do momento em que o povo trabalha para fixar-se no território, e o Estado, segundo Ratzel, “[...] nunca está em repouso” (RATZEL In: MORAES, 1990, p. 184). Ou seja, sua dinamicidade é resultante do fato de se constituir no agente que, a partir da sua existência, irá fazer com que a consciência de expansão e posse do espaço, no caso o território, seja o elemento principal dentro da cultura geral do povo, tornando o nacionalismo o valor número principal para a consolidação da nação como um todo.

Cada cidadão deverá tomar consciência do caráter vital do território e de suas possibilidades de expansão; o sentido do espaço (*Raumsinn*) garante a perenidade da nação, a fortaleza e a independência do Estado. (GALLOIS *apud* FONT & RUFU, 2006, p.59)

Neste mesmo sentido, o “[...] *raumsinn* tem correspondência com o *volkgeist*, o ‘espírito do povo’ fundamental para a formação do sentimento nacionalista alemão [...] O espaço é o elemento vital e deve estar em consonância com as necessidades do povo [...]” (FONT & RUFU, 2006, p.59). A geografia ratzeliana fundamenta o espaço como sendo o elemento principal para o desenvolvimento do nacionalismo, portanto, seria através das possibilidades deste espaço e do poder efetivo do Estado que o território viria a potencializar o “*volkgeist*”, vindo a diferenciar os

povos de cada território. Portanto, quanto mais o Estado reforçar o “*raumsinn*”, mais forte virá ser o “*volkgeist*”. Cabe indagar: se o nacionalismo instaurar-se como valor principal dentro do “*volkgeist*” o povo como um todo impulsionará o Estado apreender a necessidade e o valor do crescimento do Estado? Se observarmos o desenrolar da história dos Estados modernos, e principalmente da Alemanha podemos conceder a pergunta uma resposta afirmativa, e a partir daí compreender melhor o porquê da existência do conceito de Espaço Vital (*Lebensraum*).

A nação é uma entidade orgânica que, no curso da história, torna-se cada vez mais apegada à terra onde ela vive. Exatamente como um indivíduo luta contra a terra virgem, até transformá-la em campos cultiváveis, uma nação também luta com sua terra, dela se apropriando cada vez mais, com sangue e suor, até que se torna impossível pensá-las separadamente. (RATZEL in: MORAES, 1990, p.183)

Portanto, a geografia ratzeliana apresentava uma visão de que para o Estado continuar a existir este deveria sempre aumentar o tamanho do seu *Lebensraum*, buscando novas áreas e recursos para a sua manutenção e progresso, o qual seria alcançado e mantido através, dentre outras práticas, da absorção, aumento das fronteiras e espoliação de recursos naturais de Estados vizinhos.

No seu crescimento e evolução, o Estado seleciona os benefícios geográficos, ao ocupar antes os bons locais de um distrito, de preferência os pobres. Se seu crescimento está relacionado com a despossessão de outros Estados, ele captura vitoriosamente as boas áreas, e os despossuídos permanecem nas áreas ruins. (RATZEL In: MORAES, 1990, p. 186)

Ratzel entende o Estado como uma entidade tão dinâmica quanto a sociedade nele presente. Para a manutenção da sua existência e soberania, o Estado deveria estar sempre em busca de aumentar o seu “Espaço Vital”, indo à busca de melhores áreas e recursos. Um Estado que mantivesse essa dinâmica seria o sinônimo de um Estado forte, e quanto maior fosse o “Espaço Vital” conquistado, maior seria a ligação da sociedade para com o solo, o que faria com que a idéia de nacionalismo se tornasse mais intrínseca à vida dos homens. O Estado é o agente articulador entre o homem e o seu solo, portanto todos os esforços devem ser realizados para que essa relação seja determinante para a evolução e continuidade do Estado, pois “[...] a sociedade que consideramos [...] desejará sempre manter, sobretudo a posse do território [...]. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo ela se transforma em Estado”, sendo que o “[...] solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana [...] É ele que, duramente e sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo o seu destino”. (RATZEL In: MORAES, 1990, p. 81). Desta forma, o movimento em direção do crescimento do Estado é a única maneira de reforçar a ligação entre sociedade e solo. Desta forma, o expansionismo como prática territorial seria a maneira de assegurar a segurança do Estado frente ao seu povo. Disto, o imperialismo surge naturalmente como resultado desta equação.

Para o autor, todo o organismo vivo possui, a partir de um ponto, a consciência das suas partes constituintes que lhe são importantes ou não para o seu desenvolvimento e manutenção. Ratzel acredita que seja importante para o Estado identificar quais são as partes que são as principais para sua existência, ou seja, estamos falando das regiões geograficamente mais importantes para a manutenção do fluxo social, comercial e político do Estado.

Certas partes de um organismo são mais estritamente ligadas à vida do ponto de vista do todo do que outras. [...] Qualquer Estado tem regiões ou províncias cuja perda lhe seria mortal, enquanto que outras ele pode abandonar sem perigo. [...] O valor de uma parte do Estado depende da sua relação geográfica com o todo do organismo estatal. Os elementos geográficos de um país que agem no sentido da sua propriedade essencial possuem a maior importância porque se adicionam a uma soma de vantagens presentes. (RATZEL In: PFRIMER, 2001, p.56)

Na visão do autor, as teorias filosóficas que analisam esse ritmo do crescimento dos Estados são “[...] falhas basicamente por subestimarem as condições imediatas do desenvolvimento do Estado. [...] as chamadas teorias do desenvolvimento são particularmente incorretas, quer proponham uma progressão linear, espiral ou outra qualquer progressão do desenvolvimento”. (RATZEL In: MORAES, 1990, p.177). Ratzel então propõe o que ele chama de “sistema, ou natureza das relações do Estado com o território” (RATZEL In: MORAES, 1990, p. 177), que segundo ele seria capaz de não ignorar o ponto principal enunciado pelo autor, que é a causa espacial. Este sistema então seria constituído pelo o que ele chama de “as leis do crescimento espacial dos Estados”, sendo estas sete.

1. As dimensões do Estado crescem com sua cultura.
2. O crescimento dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado.
3. O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo, a relação entre a população e a terra torna-se continuamente mais próxima.
4. As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado.
5. No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas.
6. Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm lhes do exterior.
7. A tendência geral para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade.

As “leis de crescimento espacial” dos Estados de Ratzel fazem parte de uma série de artigos que o autor lançou antes de expor ao mundo a sua obra principal, a “*Politische Geographie*”. O fato de enumerar estas leis é o ponto principal que nos permite afirmar que Ratzel é um autor que propõe um estudo nomotético. Apesar do forte conteúdo colonialista desta lista, esta se constitui em uma tentativa, mesmo que sem uma base empírica para comprová-la, de compreender melhor a maneira pela qual se dá o jogo territorial dos Estados e a quais são os possíveis motivos que levam a este jogo.

[...] Ratzel contended that states followed the same laws of development as biological units and that when a state’s *Lebensraum* became insufficient – for example, because of population growth – the state needed to annex new territory to establish new, larger, *Lebensraum*. As such he posited seven laws for the spatial growth of states, which held that a state must expand by annexing smaller territories, that in expanding a state strives to gain politically valuable positions, and that territorial expansion is contagious, spreading from state to state and

intensifying, such that escalation towards warfare becomes inevitable. (JONES & JONES & WOODS, 2004, p. 5)

A lógica territorialista e a sua prática territorial, o imperialismo foi emblemático no desenrolar dos séculos, até o findar da II Guerra Mundial, momento no qual a maior parte dos Estados imperialistas abandonou suas colônias frente às explosões de movimentos de independência e criação de novos Estados auto-determinados. A lógica territorial capitalista, que é a das trocas, do fluxo monetário e do grande mercado, tem origem nas feiras e pequenos mercados europeus, e com o desenrolar da história ganhou a dimensão que possui hoje. Há quem afirme que o contexto da lógica capitalista dos tempos atuais possui o seu mérito devido a sua capacidade de auto-regulação, entretanto, foi a regulação do dono do poder político, o Estado, que fez com que os mercados passassem a agir em outras escalas, que ao exercer a lógica territorialista percebeu a possibilidade de combinar a capitalista na sua ação. Portanto, o Estado alia o crescimento do seu espaço político territorial com o espaço econômico, com a evolução dos mercados locais, regionais até os mercados internacionais. As três hegemonias do capitalismo histórico de Arrighi (1994), a Holanda, o Reino Unido e os Estados Unidos são o exemplo desta junção que o Estado realizou. A Alemanha de Ratzel não é considerada como uma hegemonia do capitalismo histórico, entretanto, isto se deu por conta do seu próprio contexto histórico geográfico: como um Estado novo localizado na Europa central, a Alemanha por muito tempo apostou na lógica territorialista como estratégia política principal. O contexto criado pelos Estados europeus possibilitou que as duas lógicas, a territorialista e a capitalista, se unissem, tornando o “sistema mundial moderno” único.

O sistema econômico do capitalismo europeu proporcionou uma singular circunstância de simbiose entre essas duas lógicas, com o predomínio da expansão capitalista, à qual estava subordinada a lógica territorial, que dialeticamente conduziu à expansão mundial do colonialismo e do comércio europeus. (FARIA, 1999, p. 269)

Há quem acredite que a lógica territorial não se encontra na agenda dos Estados modernos deste século, tendo sido resposta somente pelo exercício da lógica capitalista. Ou seja, a globalização tornou as fronteiras dos Estados fluídas, postulando no enfraquecimento do Estado frente a outros atores territoriais. Portanto, a leitura da obra de Ratzel não condiz mais com o mundo que existe hoje. Baseado nos autores citados e no próprio geógrafo alemão é possível afirmar que o territorialismo está presente na agenda dos Estados atuais. O imperialismo não deixou de ser exercido, apenas ganhou uma nova roupagem, entretanto, sua lógica continua a mesma. A combinação entre as lógicas de estratégia funcionam de modo que o capitalismo moderno necessita para a sua reprodução de um sistema territorial e de Estados que lhe garantam sustentação e a continua criação de redes para suas lógicas. Ou seja, a globalização só tem sentido baseada em um grande sistema de Estados interligados entre si e segundo (WOOD, 2014, p.115), a globalização é uma forma de imperialismo “[...] mais dependente que qualquer outra de um sistema de Estado múltiplos”, Portanto, a globalização necessita de um Estado territorial soberano para lhe dar o resguardo necessário para o exercício de suas práticas.

Mas se os imperativos capitalistas hoje cobrem o mundo, eles não deslocaram o Estado territorial.

Pelo contrário, quanto mais o capitalismo se torna universal, mais ele necessita de um sistema igualmente universal de Estados locais confiáveis [...] É por isso que, paradoxalmente, o império se tornou mais puramente econômico quanto mais proliferou o Estado-nação.

O imperialismo alemão de Ratzel visava a submissão político territorial, já a globalização visa a submissão político econômico territorial. Mesmo que alguns atores territoriais se interessem somente pela submissão econômica, estes permanecem baseados em um Estado que lhe garantirá as vias de exercer a coerção necessária para o alcance dos seus objetivos. Nas incursões atuais destes Estados globalizados, o territorialismo ainda existe, sendo na maior parte do tempo combinado com a lógica capitalista. Sendo assim, a leitura de Ratzel é válida no sentido de possibilitar uma leitura das estratégias estatais e organização territorial que possa apreender os objetivos reais das ações.

RESULTADOS PARCIAIS

Portanto, o “sistema mundial moderno” é resultado da combinação das duas lógicas inseridas em um novo tipo de imperialismo, que combina a conquista de ambos os espaços político e econômico. Arrighi (2006) posiciona os Estados Unidos como a terceira hegemonia, sendo esta em situação de declínio. No entanto, concordamos com Fiori (2008) de que os Estados Unidos estão longe de estarem em uma situação de colapso, sendo a justificativa encontrada no próprio espaço geográfico e nas políticas territoriais estadunidenses nos últimos anos.

A partir disto, arriscamos a perguntar se o conceito de “espaço vital” ratzeliano realmente ficou restrito no contexto da II Guerra Mundial. No contexto geográfico, os Estados Unidos não possuem a alternativa de expansão por meio de territórios vizinhos, tal qual o conceito clássico de “espaço vital” e o sistema de leis de Ratzel postulam. No entanto, o Estado estadunidense possui na sua agenda políticas pautadas no expansionismo, sendo com roupagens diversas. Por exemplo, se visualizamos a lógica territorialista: na organização territorial da Organização do Atlântico Norte (OTAN), espalhadas pelos territórios aliados dos norte-americanos, assegurando os interesses e exercendo pressão regional, sua constituição não deixa de ser de pequenos aglomerados representativos daquele Estado. As invasões ao Afeganistão e do Iraque, supostamente para a limpeza das forças terroristas regionais, também se destacam como saídas para o aumento da influência norte americana no Oriente Médio e Ásia. Isto sem mencionar a presença das empresas norte-americanas através do globo, que apesar de ser vistas como aglomerados que não respondem a um Estado específico, carrega dentro de si as ideologias de seu Estado de origem, e de muitas maneiras servem de instrumento de coerção destes mesmos Estados. O territorialismo como lógica estatal é presente nas políticas territoriais atuais, e na maioria das vezes ela é o passo inicial para a aplicação da lógica capitalista.

Outro exemplo a ser analisado, que se encaixa muito bem na obra de Ratzel é do caso da Rússia e da Criméia. A opinião do geógrafo alemão de que somente o fato de compartilhar um território sob a égide de uma mesma bandeira seria o suficiente para que o espírito do povo se unisse ao Estado faz deste caso específico um exemplo moderno que rebate esta afirmação. A Criméia não reconhece a Rússia como seu Estado e sim a Ucrânia. No entanto, a posição geográfica do território

é um dos motivos pelo qual o Estado russo luta pelo controle da região, que é a saída para o Mar Negro, da mesma forma que os norte-americanos apóiam a não intervenção russa na região. O território da Criméia se constitui em uma parte importante do organismo de ambos os Estados, de acordo com a visão organicista ratzeliana, sendo que a perda desta parte do “órgão” do Estado seria prejudicial para o resto do funcionamento, afetando a soberania estatal.

Portanto, a prática imperialista da hegemonia atual do sistema mundo vem a apresentar diversas questões que exigem do observador uma análise que consiga relacionar todos os fatos e fenômenos com a sua causa inicial, que a partir deste artigo concluímos que é a causa espacial geográfica. O território continua a ser a arena das relações de poder, e o Estado é o principal ator nesta relação. Se na Alemanha de Ratzel o nacionalismo tinha como uma das principais características a necessidade do povo de ver o seu Estado se expandindo, isto não se diferencia muito no contexto atual. O “imperialismo excedente” (WOODS, 2014) dos Estados Unidos é o maior exemplo de que a lógica territorialista não se perdeu durante a transição dos séculos. Desta forma, a Geografia Política de Ratzel ainda possui seu lugar resguardado na ciência moderna.

Certas opiniões contrárias à obra ratzeliana são bem fundamentadas – vide as direcionadas ao determinismo geográfico – entretanto, toda obra científica possui seu valor e o de Ratzel foi o de ter pensando a relação entre política, Estado e território cientificamente, dando à Geografia Política os meios necessários para ser considerado realmente como um sub-ramo da Geografia e concedendo a ela a diferenciação necessária das Ciências Políticas. A geografia ratzeliana tornou o homem como o responsável direto pelo o tipo de ambiente no qual vai estar inserido, e mesmo subalterno às condições naturais, a sociedade seria o ator máximo que organizado sob a forma de Estado poderiam tirar máximo proveito e contornar a situação da qual estão inclusos. A geografia deveria ser uma ciência capaz de compreender o território e seus elementos como resultado de diversos fatores combinados, possibilitando a compreensão destes fatores, os descrevendo e a partir disso compreender as maneiras pelas quais estes iriam influenciar, potencializando ou não, a fixação do homem sobre o solo. A dinamicidade, a politização do espaço e a compreensão do território como arena primária dos conflitos e existência social devemos à obra de Ratzel. Não estamos a afirmar de que a obra de Ratzel deva se constituir em uma bíblia moderna, única e soberana, para a análise do contexto atual político territorial. Entretanto, é necessária a revisão dos clássicos para a compreensão do sistema mundial moderno, adotando a posição de que este é o resultado de uma evolução de diversos fatores, sendo que o contexto atual pode ser a representação de uma evolução e adaptação dos vestígios do passado ao novo contexto. Portanto, a obra de Ratzel possui seu lugar resguardado para a compreensão da lógica territorialista moderna, esta que não perdeu seu lugar na agenda dos Estados modernos. O ser humano é um ser espacial, que exerce as relações sociais através do espaço, sendo estas pautadas no jogo de poder, o que torna a competição territorial algo sempre recorrente nas relações sociais e nas relações entre Estados. Sendo assim, a lógica territorialista dos Estados modernos continua sendo a de conquista de territórios, sendo estes econômicos ou políticos, sendo a obra de Ratzel uma das fontes para a compreensão destas lógicas.

REFERÊNCIAS

- ARCASSA, W. *Karl Haushofer: A Geopolitik Alemã vai à Guerra*. Trabalho de conclusão de curso apresentado para o título de bacharel em geografia na Universidade Estadual Paulista, Campus Experimental De Ourinhos. Ourinhos, São Paulo, 2011.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. São Paulo: Contraponto, 2006.
- CASTRO, I. E. de. *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, W.M. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: Edusp, 2008.
- FARIA, L. A. Capitalismo, espaço e poder; in: *Ensaio FEE*. Porto Alegre: v.20, nº1, 1999.
- FIORI, J. L. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/06opo.pdf>>, acessado em 20 de agosto de 2014.
- FONT, J.N.; RUFÍ, J.V. *Geopolítica, Identidade e Globalização*. São Paulo: Anneblue, 2006.
- JONES, M.; JONES, R.; WOODS, M. *An Introduction to Political Geography*. Disponível em: < <http://books.google.com.br/>>, acessado em 29 de junho de 2014.
- MAIA, J.M.E. *Espaço e Pensamento Brasileiro: A Rússia Americana nos Escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso*. Disponível em: < http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6644/JoaoMarcelo_DADOSv50n1.pdf.txt?sequence=3>, acessado em 22 de maio de 2014.
- MARCONDES, D. *Iniciação à História da Filosofia*. 6ª Ed, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda.
- MORAES, A. *Ratzel: Geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- KAPLAN, R. *A Vingança da Geografia – A Construção do Mundo A Partir da Perspectiva Geografia*. São Paulo: Elsevier, 2013.
- PFRIMER, M. A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I: O Estado como organismo ligado ao solo in: *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*. Edição nº29, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74186/77829>>, acessado em 10 de junho de 2014.
- WEIGERT, H. *Geopolítica: generales y geógrafos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- WOODS, E. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.